

● ENTREVISTA



Prestes a concluir o seu doutoramento, Edgar Silva deixa nas mãos do Congresso a continuidade no cargo de coordenador. Garante que o PCP tem vários quadros preparados. FOTOS HELDER SANTOS/ASPRESS

NOVO LÍDER? É UMA HIPÓTESE

Edgar Silva, coordenador do PCP-Madeira

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

O 11.º Congresso Regional do PCP deste fim-de-semana traz mudanças ou servirá só para apresentar o novo secretário-geral Paulo Raimundo? O Congresso Regional tem dois grandes objectivos. O primeiro é fazer uma análise da actual situação política e a definição de linhas de orientação e grandes prioridades para os próximos quatro anos. O segundo objectivo é eleger os órgãos de direcção para os próximos quatro anos. Agora, temos esta coincidência de este congresso ser a primeira iniciativa em que o novo

secretário-geral está na Madeira nessa qualidade. Também é uma forma da organização regional da Madeira ter este contacto directo.

O Edgar Silva é coordenador regional do PCP há 24 anos. Vai continuar no cargo? Ainda não sei. Essa é uma decisão que caberá ao Congresso. É uma das questões que estarão em análise. Está tudo em aberto em relação à direcção. Eu penso que na direcção acabarei por estar. A direcção deverá ser constituída por 33 a 35 membros e há uma proposta da actual direcção para eu a integrar. Agora, se serei ou não coordenador, isso não tenho ainda essa noção, porque é uma decisão que caberá ao Congresso.

O PS COMETEU ERROS GRAVÍSSIMOS. NÃO TEM QUALQUER HIPÓTESE NESTAS ELEIÇÕES REGIONAIS

Vou colocar a questão de outra forma. Pode haver mudança de coordenador neste congresso? Em qualquer congresso, sim, essa é uma hipótese que nunca poderá ser posta de parte. Sim. Agora, não se pode antecipar uma decisão que será do Congresso.

Há outros quadros preparados para assumir o cargo? Sim. Sem dúvida que sim. Quando digo que o PCP está mais forte do que há quatro anos é porque cresceu do ponto de vista orgânica e porque tem um conjunto de quadros que estão preparados para contribuir para que o partido possa dar as melhores respostas. Sim, temos vários quadros dirigen-

tes que estão preparados para assumir as mais diversas tarefas.

Ricardo Lume é um deles? O Ricardo Lume, a Herlanda Amado, a Lisandra Ribeiro, Artur Andrade, Duarte Martins... Há um conjunto de quadros que estão preparados. Os nossos deputados na Assembleia Municipal do Funchal e no parlamento regional, quer o Ricardo Lume quer a Herlanda Amado têm vindo a ter uma presença e uma intervenção que é reconhecidamente positiva. Depois há um conjunto de outros quadros de direcção.

Foi cabeça-de-lista nas últimas eleições regionais mas só exerceu o mandato durante um mês. Porque é que não foi

deputado mais tempo? Fui eleito deputado pela primeira vez em 1996, na altura como independente nas listas da CDU. Desde essa altura estive sempre no parlamento e uma das experiências que nós fomos avaliando como positiva foi a rotatividade. Agora, viu-se que era importante esta experiência mais continuada e intensiva para a afirmação e para formação de um quadro político, que é o Ricardo Lume. Esta experiência tem sido muito positiva. O partido tem defendido a afirmação de novos quadros, atribuindo as mais elevadas e exigentes tarefas de intervenção política. Trazendo mesmo ao nível da direcção quadros muito jovens, que hoje estão na casa dos 20 e que estamos já nesta linha de responsabilização.

Quais são as grandes prioridades que o Congresso vai definir para os próximos quatro anos? Nós temos um quadro político que é significativamente diferente daquele que se verificava há quatro anos. A grande novidade que se coloca neste congresso é que temos, a par da intensificação das desigualdades, do aumento da pobreza e dos processos de exploração, temos um governo da República que é de maioria absoluta do PS e um governo na Madeira que é de maioria absoluta do PSD e do CDS. Quer na República, quer na Madeira, embora com partidos diferentes, no essencial estão a desenvolver as mesmas políticas.

As mesmas políticas? Em relação ao ataque aos rendimentos, aos direitos dos trabalhadores, aquilo que nós chamamos o desenvolver da política de direita, em relação ao favorecimento dos grandes grupos económicos, à postura servil do exercício do poder para satisfazer clientelas políticas, a uma prática política que é geneticamente corruptível. Esta promiscuidade dos interesses económicos e a governação, no essencial, não se distingue. Naquilo que marca a nossa sociedade, a vida económica, social e política na Região Autónoma da Madeira, no essencial, são mais do mesmo. Face a esta ofensiva, que é muito mais agressiva, porque se conjugam as políticas do governo da República com as do governo da Região, no ataque a direitos, aos rendimentos, ao agravamento das injustiças sociais, é necessário ter uma contreresposta a uma política de direita que tem protagonistas mais convergentes e muito mais poderosos.

Curiosamente, os partidos que mais focam esses problemas são penalizados em termos de intenções de votos. As sondagens publicadas na Madeira indicam que o PCP tem o seu deputado em risco. Em relação ao PCP, os resultados das sondagens normalmente são muito distintos daquilo que são os resultados eleitorais que nós alcançamos na Região. Em relação às eleições regionais deste ano, há uma situação que é bastante distinta. Há quatro anos houve uma dramatização que polarizou o voto útil, que foi a ideia de que o PS se poderia apre-

sentar como um elemento de diferenção em relação ao PSD. O PS apresentou-se não como alternativa, mas como alternância e cometeu erros gravíssimos.

Hoje, o PS está mais longe do poder na Madeira? O PS não tem qualquer hipótese de se apresentar nestas eleições naquela linha de bipolarização. Cometeu erros gravíssimos ao longo dos últimos quatro anos. O PS tem a nível nacional um desgaste do exercício do poder que é enorme. Tem um conjunto de erros de fundo na política de governação do país. Está a ser alvo de uma ofensiva de descontentamento e de uma grande mobilização popular contra o Governo e as suas políticas. Está profundamente desgastado e até desacreditado, por processos de suspeita muito grande de corrupção que minam os seus alicerces, por completa insensibilidade social e por ter uma política que em nada está identificada com valores de esquerda.

O PS também cometeu erros na Madeira? No plano regional, o PS fez uma guinada à direita e está vinculada a um conjunto de compromissos com a política de direita e com os grandes grupos económicos. Esta guinada à direita fez com que esta orientação política tenha puxado o PS para um quadro que lhe é muito mais adverso nesta situação política regional. Depois, ao longo destes anos, o PS cometeu erros que são irreparáveis na governação da Câmara do Funchal. A perda da CMF é o resultado de muitos erros. Uma coisa era enfrentar as eleições com o PS na governação de várias câmaras, sobretudo a do Funchal, e outra coisa é o PS ter sido derrotado nas últimas eleições devido à acumulação de erros gravíssimos de direcção e de opção. É um PS derrotado que se apresenta a estas eleições.

A esquerda não deveria entender-se para se constituir como alternativa? A verdade é que o PCP não esteve disponível para coligações alargadas. Nós vamos numa coligação, que é a CDU [PCP e Verdes]. Nós queremos contribuir para a construção de uma alternativa. Mas não contem conosco para processos de alternância. As coligações que houve [Mudança e Confiança] não eram de esquerda. Aquilo foi um pouco um albergue espanhol. Juntavam desde partidos de direita e de extrema-direita. Era tudo ao molhe. Depois, na Câmara do Funchal, passaram poucos dias já tinham três vereadores demitidos.

O objectivo do PCP nestas eleições é manter o actual deputado? Não. O nosso grande objectivo é termos mais votos e mais eleitos. Recuperar o grupo parlamentar e ter mais força. As populações e os trabalhadores precisam de ter mais voz no parlamento.

A posição do PCP a nível nacio-



COMENTÁRIOS DE JARDIM SOBRE ABUSOS DE CRIANÇAS? MELHOR FAZIA ESTAR CALADO

O PAPA FRANCISCO É UMA REFERÊNCIA NA RENOVAÇÃO DA IGREJA. NADA FICARÁ COMO DANTES

nal sobre a guerra na Ucrânia poderia prejudicar-vos nas eleições regionais? Ninguém pode ser indiferente ao problema da guerra na Ucrânia e da matança que está a acontecer. Não só as atrocidades da guerra e termos de novo mais uma guerra na Europa. Tudo isto traz profundos questionamentos. Para todos os cidadãos e para todas as forças políticas traz grandes desafios. Temos claramente uma perspectiva crítica, quer em relação à Rússia, quer em relação à forma como o povo ucraniano está a ser usado para outros fins que estão muito para além daquela que é a questão concreta da Ucrânia. Não se fez tudo quanto se deveria fazer para evitar esta guerra - como disse o Papa Francisco -, como também o povo ucraniano está a ser usado como carne para canhão para outros interesses imperialistas.

Falou do Papa Francisco. Que avalia-

ção faz da sua actuação global? O Papa Francisco é uma referência mundial, num tempo de grande crise à escala planetária, não só para a Igreja Católica. Iniciou um processo de profunda renovação e de corajosa capacidade de enfrentar problemas de fundo na Igreja Católica. É uma referência de afirmação dos valores de Humanidade à escala planetária. É uma referência não só retórica e verbal, como também de compromisso quanto à necessidade de haver o mundo do outro. O seu compromisso em relação à justiça social, à paz, à defesa da Humanidade. Eu diria que o Papa Francisco é um referencial ético, político, para além de ser um referencial marcante numa viragem que está a acontecer na Igreja Católica. O chamado processo sinodal, esta dinâmica de construção do Sínodo, que foi convocado pelo Papa, está a provocar uma reflexão de fundo a partir da base, envolvendo os católicos e não só as hierarquias, num processo profundamente participativo e extremamente criativo de 'aggiornamento' que é impressionante. Nada ficará como dantes.

O Edgar Silva foi pioneiro na denúncia dos maus-tratos a crianças na Madeira. Como é que vê o resultado da comissão independente sobre os abusos sexuais de menores na Igreja? Há umas décadas atrás, quando nós - não era só eu - colocávamos as questões dos abusos sexuais, das redes de exploração sexual de crianças e várias situações de abuso sexual sentimos muito as penalizações por esse facto. Houve muitas incompreensões.

Incompreensões dentro da Igreja? Também, também. Foram processos muito difíceis. A hostilização foi extremamente agressiva naquela altura, porque era profundamente incómodo. Era um problema que estava até muito para além da própria Igreja. Esses problemas, quando foram apontados, as denúncias que foram feitas formalmente à Amnistia Internacional, à Procuradoria-Geral da República, ao tribunal de menores. Essas denúncias, quando nós as fizemos, geraram muita incompreensão e formas persecutórias. Depois, a História veio a demonstrar que a situação ainda era mais grave do que nós estávamos a considerar. Mas o problema existia de forma organizada, em grande escala, na Madeira. Nessa altura, isso foi um papel pioneiro, não só na Madeira mas para o país. Foi o apontar de um problema há 30 anos. As reacções nalguns casos foram extremamente agressivas e violentas.

Fica surpreendido quando Alberto João Jardim 'cola' agora os comunistas ao caso de um ex-padre acusado de abusos sexuais? Isso foi ao JPP e aos 'comunas' de Santa Cruz. Melhor fazia estar calado. Nessa altura [há 30 anos], a maior agressividade resultou da intervenção política.

O Governo Regional não estava inclinado a atacar o problema? O Governo fechou a Escola Aberta, retirou todos os apoios, procurou impor um conjunto de medidas de retaliação. Houve uma atitude claramente persecutória, no sentido até de tentar nos incriminar, a nós que estávamos envolvidos naquelas denúncias. Eram miúdos que eram barbaramente violados. Houve uma perseguição até à exaustão, até ao limite onde puderam ir. Desde o boato, a insinuação, tentativas de difamação. Medidas do poder político instalado que eram directamente emanadas da Presidência do Governo e do grupo parlamentar. O objectivo era camuflar, abafar e se possível matar do ponto de vista da dignidade e da honra. Não era só desacreditar. Era tentar aniquilar. Eu, que estava na Madeira, fui convidado a ir para outras funções e tarefas.

Convidado pela cúpula da Igreja? Sim. Portanto, vir falar dessa forma, como o dr. Alberto João Jardim vem falar, isso provoca-me uma náusea muito grande, porque quando estes problemas foram apontados há 30 anos, a orientação foi calar e aniquilar quem estava a defender as crianças e os seus direitos. Essa era uma orientação por decisão política.

A Igreja, depois de ter feito o apuramento dos casos de abusos sexuais, tem sido alvo de um grande ataque. Poderá 'morrer não da doença mas da cura'? Vamos ver. Há uma reunião da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) agendada para Março, para decidir o que fazer perante todas estas situações. A grande questão é que não basta dizer que o problema existe. Ficar só pela identificação do problema será desastroso. Perante esta realidade, que medidas é que a CEP vai desencadear? Em primeiro lugar, devem ser tomadas medidas audaciosas na solidariedade e no apoio às vítimas. Depois, medidas de prevenção, para que para o futuro situações destas possam ser erradicadas. E medidas para que a Igreja, no diálogo com a sociedade, possa ter possibilidade de redenção.

Sei que está a fazer um projecto de doutoramento na Universidade Católica. Qual é o tema? Sim, já entreguei a tese de doutoramento em Setembro. Agora estou a aguardar a marcação das provas. O meu projecto visa compreender o papel dos movimentos sociais, com presença católica, antes do 25 de Abril e o seu contributo para a revolução. Também visa perceber que diálogos, interações e convergências aconteceram com católicos e comunistas. Há um terceiro objectivo que é o conceito de católicos na revolução. Estudar como é que os católicos, à esquerda, se comprometeram, entre 1965 e 1974, com processos de combate ao Estado Novo e ao fascismo.

A sua ideia é passar depois a leccionar numa universidade? Estou já a trabalhar num novo projecto de investigação sobre um arquivo que só agora foi aberto, que é o arquivo do Papa Pio XII.

